
OS NATURALISTAS E O CEARÁ: I – JOÃO DA SILVA FEIJÓ (1760-1824)

Melquifades Pinto Paiva (1)

O naturalista João da Silva Feijó nasceu em 1760, na povoação de Guaratiba, da então capitania do Rio de Janeiro (Brasil), sendo filho de João Batista Feijó e Emerenciana Teresa da Silva. Seu pai pertencia à guarnição militar sediada naquela localidade, onde também desenvolveu atividades agrícolas, tendo obtido no ano de 1763 uma data de terra no vale do rio Pirai.

Após haver frequentado escola na cidade do Rio de Janeiro, o futuro naturalista viajou para Portugal, com o objetivo de iniciar seus estudos superiores, provavelmente na Academia Militar de Lisboa (extinta em 1779) e/ou na Academia Real de Marinha, sucessora daquela, tendo em vista seguir a carreira militar, como oficial engenheiro.

Por outro lado, é certo que ele recebeu o título de bacharel, cuja expedição constituía privilégio da Universidade de Coimbra, tornando-se engenheiro, embora se desconheça o ano da sua formatura. "isto não significa, porém, que a colação de grau fosse exclusiva dos matriculados nos cursos universitários, admitindo-se que outros simplesmente prestassem exames para aquele fim, como provavelmente aconteceu com Feijó". (Nobre, 1978: 52-53).

(1) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal do Ceará, Pesquisador I do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Sócio Efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Endereço para correspondência: Rua Baronesa de Poconé, 71/701 – Lagoa / 22471 Rio de Janeiro-RJ-Brasil.

A primeira evidência dos pendores de João da Silva Feijó para o estudo das Ciências naturais consiste na sua indicação, juntamente com Alexandre Rodrigues Ferreira, ambos brasileiros, para examinar a mina de carvão de pedra de Buarcos, ocorrida em 1778. Isto aconteceu antes mesmo de serem iniciados os seus estudos superiores. Naquela época, Alexandre Rodrigues Ferreira trabalhava no laboratório de História Natural da Universidade de Coimbra, na condição de demonstrador, tornando-se Feijó o auxiliar do seu compatriota e futuro grande naturalista.

Depois de haver concluído seu curso e colado grau na Universidade de Coimbra, Alexandre Rodrigues Ferreira fixou residência em Lisboa, mas permaneceu com a missão de estudar a supra referida mina de Buarcos. Com ele veio seu auxiliar, João da Silva Feijó, que passou a frequentar a Academia Real da Marinha, já no ano de 1779, quando ocorreu o início das suas atividades de ensino, substituindo a anterior Academia Militar de Lisboa. Sendo assim, Feijó integrou a primeira turma de alunos do novo estabelecimento de ensino militar (Nobre, 1978: 60).

Em princípios de 1783, após concluídos os seus estudos superiores, João da Silva Feijó foi nomeado para comissão no arquipélago de Cabo Verde, para onde seguiu no mesmo ano, ali permanecendo até 1793 ou mesmo 1795, chegando a exercer as funções de Secretário do Governo, na administração de Francisco José Teixeira Carneiro.

Durante sua permanência no arquipélago de Cabo Verde, João da Silva Feijó escreveu pelo menos quatro trabalhos ou memórias, relacionados (as) com as ciências naturais, a saber:

– “Memória sobre a fábrica real de anil na Ilha de Santo Antão”, publicado (a) em Lisboa no ano de 1799, nas **Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências**;

– “Memória sobre a última erupção vulcânica do pico da Ilha do Fogo, sucedida a 24 de janeiro de 1785”, publicado (a) no jornal **O Patriota**, editado na cidade do Rio de Janeiro, na subscrição 2 / número 5, no ano de 1813;

– “Ensaio político sobre as Ilhas de Cabo Verde, para servir de Plano à História Filosófica das mesmas”, inicialmente publicado (a) na cidade do Rio de Janeiro, no jornal **O Patriota**, na subscrição 3 / número 3, no ano de 1814 e depois no tomo quinto das **Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências**, no ano de 1815;

– “Memória sobre a urzela de Cabo Verde” publicado (a) em Lisboa no ano de 1815, no tomo quinto das **Memórias Econômicas da**

Academia Real de Ciências.

Tendo em vista o alto valor do (a) primeiro (a) trabalho/memória acima referido (a), João da Silva Feijó mereceu a honra de se tornar sócio correspondente da Academia Real de Ciências, então a mais famosa instituição portuguesa voltada para o campo das ciências naturais, sediada em Lisboa.

Por provisão de 08 de novembro de 1785, o novo Ouvidor da capitania do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barreto, recebeu a recomendação de proceder a estudos mineralógicos e botânicos no território sob a sua jurisdição. Esta autoridade de imediato procurou cumprir a tarefa recebida, pois em carta de 03 de março de 1786 já comunicava ao Ministro Martinho de Melo e Castro os primeiros resultados de suas investigações sobre a flora cearense, remetendo para Lisboa, nos anos seguintes, caixotes com os produtos da terra, chegando mesmo a escrever uma memória sobre a serra da Ibiapaba. Trata-se de um discípulo de Domenico Vandelli, sendo um possível contemporâneo de estudos do naturalista João da Silva Feijó, o que explica a designação deste para uma nova comissão, justamente na capitania do Ceará, por sugestão feita pelo Ouvidor aos seus superiores hierárquicos.

Através do decreto da Rainha Dona Maria, assinado pelo Príncipe Regente Dom João de Bragança, datado de 01 de fevereiro de 1799, o naturalista João da Silva Feijó recebeu patente, no posto de Sargento-Mor (equivalente a Major) das Milícias da Capitania do Ceará, sendo incumbido de vários estudos de exploração no campo das ciências naturais.

No dia 02 de maio de 1799, ele embarcou em Lisboa, com destino ao Recife, em companhia de Francisco Luís de Mariz Sarmiento e Manuel Joaquim Garcia, também nomeados para ocuparem cargos na capitania do Ceará, o primeiro como Secretário de Governo e o outro como Cirurgião-Mor. O naturalista trouxe sua mulher, Maria Joaquina Feijó, um casal de filhos e uma criada. Saiu do Recife em 23 de setembro, por via marítima, tendo desembarcado em Baía Formosa, dali prosseguindo viagem por terra para a então vila de Fortaleza, onde chegou no dia 24 de outubro daquele ano.

João da Silva Feijó estava prestando seus serviços em Portugal, na condição de naturalista, "pelos quais cobrava a importância de 400\$000, a mesma que continuaria a receber no Ceará, não se encontrando, no entanto, nenhuma referência às atividades por ele desenvolvidas no Reino europeu, desde quando regressara de Cabo Verde

até o ano de 1798". (Nobre, 1978:76).

Na carta de Dom Bernardo Manuel de Vasconcelos, primeiro Governador da capitania do Ceará, dirigida ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datada na vila de Fortaleza no dia 01 de janeiro de 1800, aquela autoridade salienta que o assunto principal da comissão do naturalista Feijó era a localização e o estudo das minas de salitre, a quem recomendara, ainda, o exame de todas as produções dos três reinos da natureza.

Tão logo chegou ao Ceará, ele deu início às suas viagens de estudo, sendo a primeira delas à vila de Baturité, a partir de 24 de novembro de 1799, dali se dirigindo ao lugar denominado Canindé e a outro na ribeira do Choró, sem resultados positivos, prolongando-se até 19 de janeiro do ano seguinte; a segunda viagem começou no dia 27 de janeiro, com destino ao sítio Tatajuba, junto à serra dos Cocos (distrito de Quixeramobim), onde efetivamente confirmou a existência de nitreira e coletou material para exame, terminando-a em 16 de fevereiro – os compostos químicos resultantes do processamento do material obtido em Tatajuba foram remetidos para Lisboa; a terceira viagem teve como destino a serra da Uruburetama, ao lugar chamado Tajaçuca, que fica na ribeira do Curu, entre 28 de fevereiro e 27 de março, tendo feito coleta de material da nitreira ali encontrada, com resultados não conhecidos.

A partir de agosto de 1800, em companhia do Governador Vasconcelos, o naturalista Feijó inspecionou as antigas lavras de ouro do lugar Mangabeira, tendo os trabalhos sido prejudicados pela escassez d'água, em decorrência da seca então registrada. Prosseguiram a viagem para o sul da capitania, "onde seria mais fácil suprirem-se de água, não se descurando o naturalista de proceder a observações, que lhe proporcionaram o achado surpreendente das petrificações de peixes e anfíbios, as mais raras e curiosas que, a seu ver, haviam sido encontradas, até então, em toda a Terra. Desses fósseis recolheu amostras no engenho da Gameleira, entre Missão Velha e Milagres, e foi informado de ocorrências similares no Jardim, mas, dada a urgência do Governador em regressar à Capital, não pode estender a exploração ao sítio indicado, contentando-se com a prestimosidade dos que lhe prometeram enviar dali o material para exame". (Nobre, 1978: 93). Além das lavras de ouro inspecionadas, o naturalista ainda encontrou jazidas de ferro e amianto em Mangabeira, por ele consideradas como excelentes.

Após concluída esta longa viagem, Feijó escreveu uma memória sobre as lavras de ouro de Mangabeira, enviada de Fortaleza, em anexo à carta do dia 11 de dezembro de 1800, para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Através desta carta, temos notícia do estabelecimento e funcionamento do laboratório para extração do salitre em Tatajuba; também, ele relacionou as nitreiras até então descobertas, além daquela de Tatajuba, como sendo as encontradas em Tajaçuoca, Ipueiras, Serra dos Cocos e Carnaubal. Suas impressões a respeito dos depósitos de peixes e anfíbios fósseis, acima referidas, estão contidas no texto desta importante carta.

Nos dias 14 de maio e 17 de outubro de 1803, juntamente com caixotes de salitre produzido no laboratório de Tatajuba, o naturalista Feijó remeteu para Lisboa, de cada vez, dois caixotes com sementes de plantas nativas, um deles destinados ao Real Jardim Botânico da Ajuda, daquela Capital metropolitana, enquanto o outro deveria ser encaminhado a estabelecimento similar, na corte do Rei da Prússia. Entre ambas remessas, uma outra se verificou no dia 11 de junho, sendo "todas elas acompanhadas de uma relação, onde as espécies vegetais foram classificadas de acordo com o sistema de Lineu, ou com as indicações contidas nos livros de Gmelin e Fabricius". (Nobre, 1978: 106).

O naturalista Feijó fez uma viagem ao sítio **Timbaúba**, distante da vila de Granja 9 quilômetros para o sul, havendo comprovado a existência de nitreira apenas em Boaçú Velho, distando 2 léguas de Timbaúba, na direção poente, conforme sua carta de 24 de abril de 1804, escrita em Timbaúba e dirigida ao então governador da capitania do Ceará, Dom João Carlos Augusto de Oeynhausen. Em carta de 02 de maio seguinte, escrita na povoação de São Pedro de Ibiapina, o naturalista comunica ao mesmo governador a descoberta de sete ricas nitreiras, além de outras menos importantes, no lugar chamado Pindoba, situado na serra da Ibiapaba, entre a vila de Viçosa e a povoação de Ibiapina. Numa outra carta dirigida àquela autoridade, datada na vila de Viçosa em 31 de maio do mesmo ano, o naturalista acrescentou a descoberta de mais quatro nitreiras nos arredores da vila e não duvidava de encontrar outras na área pesquisada.

O funcionamento do laboratório de Tatajuba, iniciado em novembro de 1799, sofreu grandes percalços, devido à ausência de estradas, períodos de muita chuva, secas prolongadas e entraves burocráticos os mais diversos, estes sempre inspirados pelo escrivão deputado da

Junta da Fazenda, Francisco Bento Maria Targine, desprovido de competência científica e declarado inimigo do naturalista Feijó, por inveja descabida e injustificado zelo pela aplicação do dinheiro público.

Com a morte do governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, ocorrida na vila de Fortaleza em 08 de novembro de 1802, o naturalista Feijó perdeu um amigo e protetor, ficando mais exposto à sanha do seu maior inimigo. Isto se comprova com a representação feita pelo escrivão Targine, acima referido, encaminhada ao Príncipe Regente e datada da vila de Fortaleza em 18 de novembro do ano de 1802, apenas passados dez dias da morte do primeiro governador da capitania do Ceará. Neste triste e obscurantista documento, a medfocre autoridade que o firmou, justificando-se com o volume dos gastos realizados em comparação com os resultados obtidos em termos de produção de salitre, pediu à Vossa Alteza Real que “seja servido mandar suspender a extracção do salitre nesta capitania e a continuação das obras do Laboratório de lexiviação e christalização do dito genero na Tatajuba, e da refinação delle nesta villa, cuja despeza montará acima de 20 mil cruzados, e isto apezar dos fantasticos planos do intrigante Naturalista João da Silva Feijó e das apparentes maximas com que pretende sobre elles levantar o edificio de seu interesse e fortuna, valendo-se da iliberalidade das vistas do finado governador”. (in Nobre, 1978: 208).

O mesquinho e avarento funcionário real, dando expansão a sentimentos pouco recomendáveis, reprimidos enquanto esteve sujeito à autoridade do governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao tentar uma avaliação do trabalho desenvolvido pelo naturalista Feijó, de forma contábil, não viu que as despesas efetuadas envolviam pesquisas para localização de jazidas, obras de infra-estrutura e adaptação da tecnologia de processamento do salitre, com as naturais dificuldades decorrentes de caminhos intransitáveis nas épocas de chuvas e da falta de água durante os estios anuais e secas declaradas. Sua pobreza mental não alcançava a compreensão dos trabalhos científicos em andamento!

O novo governador da capitania do Ceará, Dom João Carlos Augusto de Oeynhausen, empossado no dia 14 de novembro de 1803, mostrou-se interessado pelos trabalhos que vinham sendo realizados por João da Silva Feijó, assegurando-lhe o indispensável apoio oficial.

Considerando as dificuldades já mencionadas e a distância para o porto de embarque da sua produção de salitre, ao lado da situação de quase abandono, não foi possível reativar os trabalhos do laboratório de Tatajuba, que encerrou suas atividades na primeira metade do

ano de 1804. A caldeira e demais apetrechos ali existentes foram transferidos para Pindoba, onde foi instalado um novo laboratório, por causa das seguintes razões: maior riqueza das nitreiras, disponibilidade de água para os trabalhos de processamento e menor distância para o porto da vila de Granja, donde os caixotes de salitre seriam embarcados para Portugal.

A exploração das nitreiras localizadas nas proximidades da vila de Granja, iniciada em julho de 1804, foi suspensa em fevereiro de 1805, não permitindo uma correta avaliação dos trabalhos ali desenvolvidos. Tal decisão coincidiu com a retirada do governador Oeynhausens, a quem o naturalista Feijó atribuiu a ordem de paralisação do laboratório instalado em Pindoba. Então, ele contava com a desafeição da Junta da Real Fazenda do Ceará, conforme se deduz da carta por esta dirigida a Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, Presidente do Real Erário, datada da vila de Fortaleza, no dia 02 de julho de 1807. (in Nobre, 1978: 237 – 238).

Com a instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro, o negócio do salitre ficou a cargo de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Isto trouxe alento para o naturalista João da Silva Feijó, que contava com a simpatia desta autoridade, desde o início da sua comissão no Ceará.

No ofício datado da vila de Fortaleza no dia 01 de agosto de 1808, firmado pelo novo governador da capitania do Ceará, Dom Luiz Barba Alardo de Menezes, dirigido a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, aquela autoridade relatou todos os esforços até então desenvolvidos no território cearense, com vistas ao aproveitamento das nitreiras levantadas pelo naturalista Feijó. “Este foi, com toda certeza, quem escreveu o trabalho – uma de suas **memórias** infelizmente desaparecidas ou que não se pode localizar, talvez a mais extensa de quantas redigiu –, para demonstrar a arbitrariedade da suspensão das atividades no Laboratório da Pindoba, porém expedido com retardamento, quer pela conveniência de aguardar a posse do novo administrador da capitania Luís Barba Alardo de Menezes, somente verificada em 21 de junho de 1808, quer pela contrariedade da situação na Europa, dificultando as comunicações com Lisboa e, por fim, determinando a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil”. (Nobre, 1978: 129).

Como resultado de tal exposição, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, em ofício datado da cidade do Rio de Janeiro, no dia 08 de novembro de 1808, dirigido ao governador Menezes, autorizou o reinício dos trabalhos, ordenando que se “faça os maiores esforços mediante a

co-operação e diligência do Naturalista João da Silva Feijó para extrair das antigas terras Nitrigas, e das novas que V.m.ce indica todo o Salitre; que puder tirar-se, remetendo-o para aqui [Rio de Janeiro], (...) mostrando a despeza que se tenha feito com estes trabalhos, que será sempre mais pequena à medida do cuidado, e economia com que se promover semelhante estabelecimento, no qual S. Alteza Real espera que V.m.ce desenvolva toda aquella actividade que corresponde a sua inteligência, e zelo pelo Seu Real Serviço". (in Nobre, 1978: 239 – 240). Era a reparação das grandes injustiças que vitimaram o naturalista João da Silva Feijó, ressaltando a importância do seu trabalho no Ceará!

Em gozo de licença concedida pelo Príncipe Regente Dom João de Bragança, o naturalista Feijó viajou para o Rio de Janeiro, **para tratar de suas dependências**, o que deve ter ocorrido em dezembro de 1809. Embora tenha solicitado a permissão para se afastar da capitania do Ceará por um tempo de seis meses, é certo haver regressado a Fortaleza tão somente em julho ou agosto de 1811.

O naturalista João da Silva Feijó foi promovido ao posto de Tenente-Coronel no início do ano de 1811, ficando agregado ao 1º Regimento da Cavalaria de Milícias da Capitania do Ceará, conforme se deduz de ofício do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares), dirigido ao governador da capitania do Ceará, Dom Luiz Barba Alardo de Menezes, datado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1811 (Nobre, 1978: 131). Assim, ele permaneceu como naturalista da capitania do Ceará.

Logo após ter sido promovido ao posto de Tenente-Coronel, o naturalista João da Silva Feijó publicou duas memórias sobre a capitania do Ceará, abaixo indicadas:

– **"Memória Econômica sobre a Raça do Gado Lanígero da Capitania do Ceará"**, editada na Impressão Régia no ano de 1811, na cidade do Rio de Janeiro, por ordem de Sua Alteza Real, a quem o autor a ofereceu;

– **"Memória sobre a Capitania do Ceará"**, publicada em 1814 na subscrição 3 / números 1 e 2 do jornal **O Patriota**, editado na cidade do Rio de Janeiro.

Por ofício datado da vila de Fortaleza, em 31 de outubro de 1814, o governador Manuel Inácio de Sampaio enviou ao governador e Capitão-General de Pernambuco, Dom Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para ser encaminhado ao Rio de Janeiro, um caixão contendo

28

amostra de ferro da mina de Cangati, estudada pelo naturalista Feijó, acompanhado das memórias de sua autoria, conforme ofício acusando o recebimento do caixão e das memórias, do secretário de Estado dos Negócios do Reino, Marquês de Aguiar, datado do Rio de Janeiro em 05 de janeiro de 1815, dirigido ao governador Sampaio. Segundo Nobre (1978: 137), é provável que tais memórias sejam as seguintes:

– “Memória sobre os principais minerais da Capitania do Ceará”, que o naturalista oferecera ao governador Sampaio, em 10 de maio de 1814;

– “Memória sobre a mina de ferro do Cangati do Xoró”, na hipótese desta não ser parte da acima referida.

O material botânico coletado na capitania do Ceará pelo naturalista João da Silva Feijó, remetido para o corte do Rei da Prússia no ano de 1803, conforme anterior referência, se destinava a Johann Centurius von Hoffmannsegg (Conde von Hoffmannsegg) e a Heinrich Friedrich Link, que elaboravam uma “Flora Lusitana” (Nobre, 1978: 110); para o primeiro destes cientistas, o naturalista Feijó também enviou insetos por ele capturados no território cearense, os quais foram depois presenteados ao Museu de Berlim e serviram para suporte das primeiras publicações sobre os dípteros brasileiros, assinadas por Christian Rudolph Wilhelm Wiedemann (Papavero, 1971: 49).

Um novo requerimento de licença, feito pelo naturalista João da Silva Feijó, solicitando permissão para se afastar da capitania do Ceará pelo prazo de um ano, com a finalidade de permanecer no Rio de Janeiro, presumivelmente datado no princípio de 1815, foi atendido pelo próprio Rei Dom João VI, sem direito de receber seus vencimentos durante o tempo de ausência, segundo ofício do secretário de Estado dos Negócios do Reino, Marquês de Aguiar, dirigido ao governador Manuel Inácio de Sampaio, datado no Rio de Janeiro em 07 de julho de 1815; o governador deu o **cumpra-se** somente no dia 09 de agosto de 1816, comprovando os novos vexames a desconsiderações que vinha sofrendo o naturalista; este deixou definitivamente o Ceará no mês de agosto, encontrando-se em Pernambuco no outubro seguinte, onde se demorou por motivo de doença, que também vitimou todos os seus acompanhantes; no dia 06 de março de 1817, quando rebentou a Revolução, o naturalista Feijó já havia deixado Pernambuco, em prosseguimento de sua viagem para o Rio de Janeiro. (Nobre, 1978: 140 – 141 e 143 – 144).

Por aviso de 11 de outubro de 1817, o naturalista João da Silva Feijó foi transferido para Pernambuco, com a mesma remuneração do cargo desempenhado no Ceará; em virtude de acusações feitas pelo

governador Manuel Inácio de Sampaio, da capitania do Ceará, em ofício ao secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, Dom João Paulo Bezerra, datado em 21 de janeiro de 1818, "apontando-o como conivente com o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, pretensão inspirador da trama revolucionária", retardaram a efetivação da mencionada transferência, de modo a assegurar a permanência do naturalista na cidade do Rio de Janeiro, até que fossem esclarecidas as denúncias sobre o seu comportamento político (Nobre, 1978: 144 – 145 e 149 – 150).

Tão logo chegou à cidade do Rio de Janeiro, após o seu longo período de investigação da natureza cearense, o naturalista cuidou de concluir a "Coleção descritiva das plantas da Capitania do Ceará", escrita e oferecida à Sereníssima Princesa do Reino Unido de Portugal, Algarvas e Brasil, no ano de 1818. De acordo com Nobre (1978: 151), é mais provável que tal distinção tenha sido concedida à Arquiduquesa da Áustria, Dona Leopoldina de Habsburgo, recentemente casada com o Príncipe Dom Pedro de Alcântara, por causa do seu interesse pelas ciências naturais.

Parece que foi tornada sem efeito a transferência para Pernambuco, permanecendo o naturalista Feijó vinculado à capitania do Ceará, para onde não mais voltou. A partir de 1818, ele ficou adido à Academia Real Militar, como lente de História Natural e por tempo indeterminado (Nobre, 1978: 158 – 159).

Já no posto de Coronel, o naturalista João da Silva Feijó faleceu no dia 10 de março de 1824, na cidade do Rio de Janeiro, com sepultura na capela de Nossa Senhora da Consolação, da Ordem Terceira de São Francisco (Nogueira, 1888: 276). Assim, desapareceu o estudioso pioneiro da natureza cearense!

Bibliografia cearense

**** FEIJÓ, J. S. – (1800) 1912 – Memória sobre as antigas Lavras do Ouro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Rev. Trim. Inst. Ceará*, Fortaleza, XXVI (1/2/3/4): 364 – 371.

Em meados do século XVIII iniciaram-se as lavras de ouro da Mangabeira, à margem esquerda do rio Salgado, nas proximidades da então povoação ou arraial de São Vicente, atual cidade de Lavras da Mangabeira.

Aquelas lavras se localizavam em ampla cadeia de montes de terra argilosa, com bancos de piçarra **micácea**, havendo ainda outros

de menor espessura, onde se encontravam o amianto tinto com óxido ou **ocra de ferro**; em muitos lugares se evidenciava uma rica mina de ferro.

As lavras de ouro da Mangabeira, já abandonadas durante a inspeção feita pelo naturalista João da Silva Feijó, no segundo semestre de 1800, se faziam nas terras argilosas com veios de terras **bolares**, onde se encontrava o ouro em pó. “O mesmo signal de oiro, porém em mais graúdo, obtive na lavagem de cascalho, tirado do alveo daquelle Rio [Salgado] desde o sitio chamado o Boqueirão athe onde se dis o Urubú, espaço que comprehende quazi quatro legoas”. Lavras de ouro também existiram em outros locais da circunvizinhança, a saber: morro Dourado – dali distante 10 léguas para o sul, nos riachos do Juiz e das Melancias, em Fortuna e Santa Catarina e em muitas outras partes.

As atividades de mineração em Mangabeira foram suspensas e proibidas, poucos anos depois de iniciadas, principalmente por causa de fraudes na arrecadação dos quintos reais.

Nesta memória foram examinadas as causas que levaram à suspensão da mineração e feitas recomendações para o reinício dos trabalhos, com a devida proteção do erário real.

De valor científico permanente resta destacar a localização e características da mina de ouro da Mangabeira, a primeira a ser explorada em território cearense.

**** FEIJÓ, J. S. – 1808 – **Prefação Preliminar ao Ensaio Filosófico e Político da Capitania do Ceará para Servir à sua História Geral**. Manuscrito inédito, com 18 páginas e 1 mapa. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Leitura paleográfica de Geraldo da Silva Nobre.

Trata-se de documento escrito por solicitação do então governador da capitania do Ceará, parecendo ser a introdução de uma projetada obra sobre as possibilidades do seu desenvolvimento econômico.

O autor destaca a importância da exploração mineral, com extração de ferro, cobre, pedra-ume e salitre; do aproveitamento das madeiras nativas; da expansão da cultura do algodão e de outras por ele recomendadas – café, cacau, anil e urucu; dos produtos das olarias; da industrialização do algodão e da lã.

Foram apresentadas considerações sobre os estudos necessários à compreensão da natureza cearense e sobre aspectos os mais diversos, relacionados com a condução da administração colonial e progresso da capitania do Ceará.

**** FEIJÓ, J. S. – 1811 – **Memória economia sobre a raça do gado lanífero da Capitania do Ceará.** Impressão Régia, XIV + 38 pp., Rio de Janeiro.

Nesta memória o autor trata da criação de ovinos na capitania do Ceará, recomendando procedimentos para o manejo dos rebanhos e técnicas para o aproveitamento da lã, tendo em vista o desenvolvimento da ovinocultura em terras cearenses.

Após longa introdução sobre a história da criação de ovinos e a importância da lã para os povos civilizados, o naturalista indica o objetivo do seu trabalho, sugerindo ao governo o incentivo à "... conveniente multiplicação deste gado, e o devido tratamento, e precisa educação dos rebanhos segundo os princípios estabelecidos pelos melhores economistas ruraes" (p. XIII), por causa do clima geral da capitania do Ceará e a natureza dos seus terrenos e pastagens, para o aumento do comércio e a sua prosperidade.

A memória compreende dois artigos sobre os seguintes assuntos:

I – "Da qualidade da raça das ovelhas, e sua lã, utilidade, que dellas actualmente tirão seus habitantes, e a que se pode esperar para o futuro".

II – "Idéa geral do caracter do gado lanífero, sua differente raça, e qualidade de lã, maneira de organizar os rebanhos, de tratamento de seus indivíduos, e de fazer as tosquiás".

Este é o trabalho pioneiro sobre a criação de animais domésticos em terras cearenses e o aproveitamento dos seus produtos. Muitas das idéias nele contidas ainda permanecem válidas nos modernos estudos zootécnicos, naturalmente apresentadas com linguagem científica atualizada – as falhas mais evidentes dizem respeito ao melhoramento genético dos rebanhos, mas convém aqui lembrar que na época de sua redação ainda não eram conhecidas as leis gerais da herança.

O entusiasmo demonstrado pela produção de lã dos ovinos cearenses não se mostrou realista, com o passar do tempo. O que houve foi uma adaptação dos animais ao clima semi-árido nordestino, com a perda da lã e conseqüente redução do seu valor econômico, **degenerando** no sentido zootécnico, dando origem à raça do carneiro deslanado do Nordeste (Domingues, 1944: 210 – 211).

Registros sobre a ocorrência de ovinos deslanados no nordeste do Brasil foram feitos em 1927 por Humberto Rodrigues de Andrade e Nicolau Athanassof, em trabalhos separados, sem maior atenção para ditos animais. No correr do ano de 1937, Octávio Domingues encon-

trou o carneiro deslanado em várias localidades do Ceará e do Piauí, por ele denominado “carneiro deslanado de Morada Nova” – onde viu a primeira e maior concentração destes animais –, como pelo cabrum (grosseiro e curto), o que lhe possibilitou a descrição da nova raça (Domingues, 1941), agora com padrão estabelecido pela Comissão de Preservação e Seleção das Raças Nativas do Nordeste (Jardim, 1983: 60 – 61).

**** FEIJÓ, J. S. – 1814 – Memória sobre a Capitania do Seará. *O Patriota*, Rio de Janeiro, 3 (1): 46 – 62 e 3 (2): 17 – 25).

Trata-se de importante trabalho sobre a capitania do Ceará, resultante de observações e estudos efetuados nos albores do século XIX, com uma visão integrada da natureza cearense e destaque para os seus recursos naturais, indicando os caminhos do desenvolvimento econômico. O autor procurou “suscitar huma efficaz emulação á emprehender-se tudo quanto for para o augmento, e prosperidade desta Capitania”. (1): 46. Sem qualquer sombra de dúvida, este é o documento de maior valor científico e econômico, produzido no período colonial, cuidando dos aspectos de interesse das ciências naturais no espaço do Ceará.

Após descrever as terras cearenses, o seu clima e estações do ano, o autor chegou à seguinte conclusão: “Donde se vê que o clima do Seará hade ser em muitas partes mais temperado, e salutífero, do que se supoem pela sua posição geographica”. (1): 53.

Então, o autor passa a relacionar as produções minerais e os fósseis existentes no território cearense. Indica os depósitos de pedra calcária, as nitreiras naturais e as minas de ouro, ferro, cobre e plumbagina, tratando ainda do aproveitamento das salinas. No tocante aos fósseis, chama a atenção dos leitores para a abundância de ossadas de grandiosos tamanhos encontradas perto da serra do Araripe e a ocorrência de fragmentos petrificados de ostras em cima da serra Grande, sem esquecer os peixes fósseis – “Nota-se na Serra dos Cariris, onde se diz Milagres, oitenta léguas, para mais longe do mar, e naquella elevação, as mais raras, e curiosas petrificaçoens vagas de peixes, e de muitos gêneros de amphibios, e alguns de grandeza de quatro palmos, incluídos como em huma espécie de Etilis de substancia calcaria, em cujo amago se observa o animal totalmente perfeito, e reduzido interiormente a uma cristalização **spatoza**”. (1): 55 – 56.

Deste modo, o naturalista João da Silva Feijó deu início ao levantamento mineralógico do Ceará e também os primeiros passos para o conhecimento da fauna antiga que ocupou o espaço cearense atingida pela regressão marinha e depois pela intensificação da aridez.

Dando seqüência ao seu estudo, o autor concentra atenção no campo das produções vegetais, destacando as matas e as épocas da frutificação de arbustos e árvores, bem como aquelas árvores de particular interesse por causa do valor econômico dos seus produtos. Já naquele recuado tempo clamava contra a destruição de madeiras de lei, consumidas pelo fogo, para a implantação dos roçados, no sistema da agricultura itinerante.

No terceiro e último artigo, fala sobre a população cearense, os seus costumes e trabalhos, recomendando medidas de proteção para o criatório, as pescas, as salinas e a agricultura em geral, e também para a introdução e/ou expansão de cultivos de diversos vegetais – anil, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, caneleira, cravo, gengibre, noz moscada, pimenta, urucu, etc. Por fim, trata da proteção devida ao comércio.

O naturalista João da Silva Feijó lançou o brado pioneiro de alerta, em favor da conservação da natureza cearense, conforme citação abaixo:

“À vista do que, persuado-me não seria desacerto se o Governo tivesse sobre tão importante objecto vistas mais circunspectas, impedindo-se de alguma sorte este pernicioso abuzo da destruição continuada das matas virgens, como para que se cuide em conservar e melhorar, as poucas, que ainda ha perto do mar, e se promovão como he facil novas plantaçoens das mais preciosas árvores perto do mar, o que de certo para o diante daria immenso interesse à Real Fazenda”. (2): 23.

****FEIJÓ, J. S. – (1814) 1875 – **(Memória sobre a mina de ferro do Cangati do Xoró) Memória inédita do naturalista Feijó, sobre a mineira de ferro do Cangaty.** In: **Exposição Nacional – Relatório e Catálogo – Província do Ceará**, pp. 93 – 95. Tip. Imparcial de Francisco Perdigão, 95 pp., Fortaleza.

De início, encontra-se a caracterização do minério de ferro da mina de Cangati, considerado como **ferro especular**, mineralizado e cristalizado em lâminas especulares, com base nos conhecimentos e métodos de análise estão existentes.

A mina foi localizada na fazenda Contendas, às margens do riacho Barbadas, afluente do riacho Cangati, este tributário do rio Choró, distando 35 léguas da então vila de Fortaleza.

O autor trata das características do jazimento e discute sua origem, cuidando ainda da natureza do solo no local da mina e suas circunvizinhanças.

Neste trabalho, o naturalista João da Silva Feijó apresentou suas observações sobre a mina de ferro do Cangati, a primeira localizada e estudada por ele no território cearense. Tem importante valor histórico, por causa do seu pioneirismo e o interesse econômico vislumbrado na época da sua descoberta.

**** FEIJÓ, J. S. – (1818) 1984 – **Collecção Descritiva das Plantas da Capitania do Seará**. In: NOBRE, G. S. – 1984 – **Estudos sobre a Coleção Descritiva das Plantas da Capitania do Ceará**, pp. 87 – 212. Gráfica Editorial Cearense Ltda., 281 pp., Fortaleza.

É longa e triste a história dos descaminhos sofridos pelos originais deste catálogo e a evidente intenção de o deixar no ostracismo. Apesar de tudo, do ponto de vista estritamente científico, este é o melhor dos trabalhos escritos pelo naturalista João da Silva Feijó sobre a capitania do Ceará. Caso não tivesse passado por tantas adversidades, com certeza teria se firmado como um dos marcos pioneiros dos estudos sobre a flora do Brasil.

Devemos a Nobre (1984) a publicação do que restou do manuscrito, agora sob a guarda da Biblioteca Nacional – aliás uma cópia encontrada entre os papéis deixados pelo botânico Francisco Freire Alemão (1797–1874). Além disto, aquele autor fez uma análise crítica do catálogo escrito por João da Silva Feijó, com notas sobre a nomenclatura científica e vulgar das plantas estudadas.

Face a imperiosa necessidade de comentar o presente trabalho, não podemos deixar de seguir os passos do historiador Geraldo da Silva Nobre (1924 –), resumindo o que ele escreveu sobre o desventurado catálogo das plantas da capitania do Ceará.

Sobre o manuscrito deixado pelo naturalista, com a sua obra agora comentada, vejamos o roteiro percorrido com o passar do tempo:

– os originais estavam em poder de um copista, quando ocorreu a morte do autor, cuja família descuroou de os reaver, num imperdoável desrespeito à memória do falecido naturalista;

– aqueles originais foram vendidos, juntamente com outros papéis velhos, a uma confeitaria da cidade do Rio de Janeiro, que os estava utilizando para embrulhar suas mercadorias;

– as folhas ainda disponíveis foram encontradas e adquiridas pelo médico Emílio Joaquim da Silva Maia, em data posterior ao seu regresso da Europa (1834), salvando assim parte da obra;

– em 1846 os cadernos comprados pelo referido médico foram entregues ao botânico Francisco Freire Alemão, para extração de uma cópia, sendo devolvidos ao proprietário apenas no final de 1853, já sem a folha de intitulação escrita pelo naturalista, que ficou em seu poder;

– os cadernos copiados por Francisco Freire Alemão contêm somente o texto correspondente às oito primeiras das vinte e quatro classes do antigo sistema de classificação das plantas, comprovando a perda de cadernos originais e pranchas com desenhos;

– nem mesmo os textos que tratam das oito primeiras classes de plantas foram integralmente copiados, faltando 13 gêneros da quinta classe, limitando-se Francisco Freire Alemão a transcrever os nomes científicos e vulgares de algumas das suas espécies e de quase todas das três classes seguintes, ampliando-se assim a perda de texto do catálogo deixado pelo pranteado naturalista;

– os cadernos originais e uma cópia feita anteriormente, estão definitivamente perdidos e a cópia feita por Francisco Freire Alemão, depois de sua morte, passou para o acervo da Biblioteca Nacional.

Este catálogo pioneiro das plantas cearenses foi escrito em latim e português, seguindo seu autor a metodologia vigente na época, para classificação dos vegetais superiores. Baseou-se fundamentalmente nos trabalhos de Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708) – **Elémens de Botanique** (1694), Carolus Linnaeus (Carl von Linné) (1707-1778) – **Genera Plantarum** (15^a ed. 1754) e Antoine Laurent de Jussieu (1748-1836) – **Genera plantarum secundum ordines naturales disposita, juxta methodum in horto regio Parisiensi exarantam** (1789). Naquele tempo, estas obras constituíam o que de melhor existia na bibliografia botânica mundial. Assim, comprovamos a capacitação acadêmica do naturalista, para a condução do seu estudo.

“É certo, portanto, que as descrições constantes do trabalho do Naturalista Feijó procedem de outros autores, até mesmo por ser esta prática a mais conveniente ao intercâmbio científico em escala mundial, ou européia, outra notória preocupação daquele tempo, ao ponto de se poder afirmar que todos os cientistas se julgavam participantes

de uma comunidade. O trabalho do botânico era propriamente o de identificar as plantas de acordo com as descrições de Lineu, Jussieu e Tournefort, conquanto fosse um grande e memorável momento aquele em que se deparava com uma espécie ainda desconhecida dos especialistas, cabendo-lhe, então, a honra de classificá-la e descrevê-la". (Nobre, 1984: 18 – 19).

A parte do catálogo que escapou da destruição abrange cerca de 150 espécies, com as correspondentes descrições em latim e português, acompanhadas de seus nomes vulgares (indígenas, em francês e em inglês), com notas sobre os ambientes de ocorrência, épocas de floração e as suas diversas utilidades.

O naturalista foi parcimonioso na descrição de gêneros e espécies novos, não somente porque as plantas por ele estudadas já tinham sido descritas a partir de material coletado em outras partes do Brasil ou mesmo das Américas, como também pela insegurança de quem vivia isolado do mundo científico, segregado na pobre vila de Fortaleza.

Os dois gêneros por ele descritos – **Targinia** e **Leopoldina** – e as poucas espécies novas de sua autoria, não persistiram na nomenclatura botânica, por causa de anteriores descrições feitas por outros autores e também pela não publicação do seu catálogo.

"A **Col. Descr.** é, ademais, um repositório de contribuições a respeito dos costumes da população do Ceará nos princípios do século XIX, revelando o interesse de seu autor por muitos outros assuntos, como a jardinagem, a culinária e, notadamente, a pecuária. Estivesse completa, mais numerosas seriam, indubitavelmente, as informações à disposição dos estudiosos, tanto mais valiosas por se tratar de um documento apoiado na observação direta do que se dizia e praticava em um período da vida cultural do Brasil – do Ceará, em particular –, do qual ficaram poucos testemunhos autênticos, ainda esquecidos alguns por muito tempo nas prateleiras ou gavetas dos arquivos, sem que se possa explicar as razões desse inegável e imperdoável descaso". (Nobre, 1984: 78).

Agora vamos tratar do **silêncio** que castigou o catálogo do naturalista João da Silva Feijó, por parte de botânicos que estudaram as plantas cearenses, e mesmo por cientistas que escreveram sobre a evolução do conhecimento relativo à flora brasileira.

É profundamente lamentável e suspeito de dolo contra a ética científica, o estranho comportamento de Francisco Freire Alemão (1797 – 1874) de nunca haver providenciado a publicação do catálogo

das plantas cearenses, deixado por João da Silva Feijó, do qual ele tinha uma cópia incompleta. Além de ter sido o mais importante botânico brasileiro do século XIX, contava ainda com a amizade de Dom Pedro II – condições estas que tornariam fácil a empreitada editorial.

Também, Francisco Freire Alemão foi o presidente da **Comissão Científica** encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil, que restringiu suas atividades de campo exclusivamente ao Ceará, onde permaneceu pouco mais de dois anos e meio (1859 – 1861), sendo ainda o chefe da sua Secção Botânica – ver Braga, 1962.

Na publicação **Trabalhos da Comissão Científica da Exploração** – (BRASIL, 1862) –, editada sob a responsabilidade de Francisco Freire Alemão, no **proêmio** há uma ligeira referência ao naturalista João da Silva Feijó, afirmando que o mesmo fora nomeado no reinado de Dona Maria I para examinar as minas cearenses e tratar da sua exploração, com resultados que não corresponderam às exigências – ver a página II. Algumas linhas à frente, o autor mostrou desconhecer o local de nascimento daquele naturalista e foi muito duro nas críticas feitas aos estudos no Ceará. Inexplicavelmente, não há qualquer menção à **Collecção Descritiva das Plantas da Capitania do Seará**, inclusive no relatório da Secção Botânica, por ele assinado.

Na sua vaidade de querer parecer como o pioneiro dos estudos botânicos em terras cearenses, Francisco Freire Alemão nada escreveu sobre a presença do naturalista inglês George Gardner (1812 – 1849), que realizou viagem de exploração no Ceará, nos anos de 1838 – 1839 [Gardner (1846) 1942: 126 – 194] .

Estes fatos, de fácil comprovação, desmerecem o conceito científico de Francisco Freire Alemão, permitindo que seja apontado como responsável pela tentativa de esconder os trabalhos de antecessores no estudo da flora cearense, para melhor ressaltar os seus próprios méritos.

Nos manuscritos deixados por Francisco Freire Alemão, catalogados e transcritos por Damasceno & Cunha (1964), na correspondência ativa está relacionada uma carta dirigida a Antônio Paulino Nogueira, pedindo informações biográficas sobre o naturalista João da Silva Feijó, com data original de 05 de fevereiro de 1847, que se extraviou, sendo feita uma outra em 15 de abril de 1849. Também foi relacionada, entre os trabalhos de autoria alheia, a cópia da “Coleção descritiva das plantas da Capitania do Ceará”, tantas vezes referidas neste estudo.

“Seria demasiada displicência, no entanto, um estudioso dedicar-se cerca de um trintênio a um ramo da ciência e em tão dilatado período jamais demonstrar interesse pelo trabalho de um predecessor, aliás seu compatriota e, precisamente, o que escrevera sobre a flora de uma Província na qual ele, Doutor Freire Alemão, esteve em comissão científica”. (Nobre, 1984: 79).

A primeira notícia publicada a respeito do catálogo das plantas cearenses, elaborado pelo naturalista João da Silva Feijó, encontra-se no compêndio de Botânica escrito por Joaquim Monteiro Caminhoá (1836-1896), nos seguintes termos:

“Seus trabalhos mais importantes são: **sobre as minas de ouro do Ceará**, e uma **flóra** que ficou em manuscrito.

.....

O que sobretudo, porém, merece especial menção é sua **“Colleção descriptiva de plantas da Capitania do Ceará”** oferecida à S. A. Real a Princesa D. Maria I.

N’esse trabalho elle se occupa da parte descriptiva e dos usos dos differentes vegetaes d’aquella provincia”. (Caminhoá, 1877, I: XVIII).

Estas mesmas informações também são encontradas na biografia escrita por Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1842 – 1908) – (Nogueira, 1888: 270 – 271).

No correr do tempo, a seguinte referência ao catálogo das plantas cearenses, deixado pelo naturalista João da Silva Feijó, encontra-se no trabalho de Arthur Neiva (1880 – 1943), embora com a errada menção de haver sido publicado em 1814 no jornal **O Patriota** [Neiva, (1922) 1929 : 31].

Nenhuma informação a respeito da obra aqui comentada ficou inserida nos estudos abaixo agrupados:

botânicos – escritos por Jacques Huber (1867 – 1914), Alberto Loefgren (1854 – 1918), Philipp von Luetzelburg (1880 – 1948), Francisco Dias da Rocha (1869 – 1960) e Adolfo Ducke (1876 – 1959) – [Huber, (1901) 1908; Loefgren, 1910; Loetzelburg, 1922/1923; Rocha, 1946; Ducke, 1959];

históricos – escritos por Cândido de Mello Leitão (1886 – 1949) e Mário Guimarães Ferri (1918 – 1985) – (Leitão, 1937; Ferri, 1955, 1980).

Para encerrar estes comentários sobre a obra em discussão, vejamos o que escreveu Raimundo Renato de Almeida Braga (1905 – 1968):

“O naturalista João da Silva Feijó encabeça cronologicamente a relação [**dos que escreveram sobre a flora cearense**]. Aqui chegou em 1799, como engenheiro da Capitania, demorando-se cerca de 20 anos. No desempenho das suas funções, teve a oportunidade de escrever algumas memórias, entre as quais figura a **Colleção descriptiva das plantas da Capitania do Ceará**. Não obstante havê-la dedicado à S. A. Real D. Maria I, não logrou os favores régios, ficou inédita e consta que se acha perdida. Cito-a para lembrar o nome do probo e diligente cientista, o primeiro a ocupar-se dos aspectos naturais e econômicos do Ceará”. [Braga, (1953) 1960 : III – IV].

O homem e o tempo

Os anos da formação acadêmica de João da Silva Feijó foram marcados pela preponderante influência do Iluminismo no pensamento das elites culturais da velha Europa.

“Pertencem ao Iluminismo as correntes de idéias que combatem o mito e o poder, utilizando argumentos racionais”. (Rouanet, 1987 : 301).

De um modo geral, o Iluminismo é um movimento regido pela razão e pela ciência. Foi a matriz do pensamento liberal, com espírito de crítica permanente e contra o mito, destacando o papel da ciência no aperfeiçoamento material e moral dos homens, sustentando a teoria dos direitos humanos.

No século XVIII foi bem acentuada a atitude do Iluminismo na crítica das instituições sociais, vistas como não-razoáveis. Na verdade, “ele destruiu todas as relações naturais do homem e nesse sentido foi um agente da dominação, mas sem ele a dominação não poderia ser contestada”. (Rouanet, 1987 : 332).

Em Portugal, as idéias iluministas explicam a conhecida Reforma (1771) feita por Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal) (1699 – 1782), no reinado de Dom José I, com a modernização da Universidade de Coimbra e a concepção do pragmatismo científico, considerando que “a ciência só se justificava na sociedade se, em vez de ser uma atividade puramente especulativa, predominantemente teórica, tivesse imediatas aplicações práticas, quer para o aumento da riqueza do Estado, quer para a melhoria das condições de

vida dos indivíduos”. (Silva, 1988 : 859).

O pragmatismo científico, aliado ao estatismo da produção científica, deram como resultado o planejamento científico do denominado despotismo iluminado.

Em tal situação, os cientistas eram empregados do Estado e investigadores dos temas de imediato interesse econômico, ordenados em ordem prioritária pelas autoridades, sem liberdade de pesquisa e com a obrigação do resguardo de seus resultados. Este é um modelo de fácil exaustão, pelo não interesse por temas básicos e/ou fundamentais e pela repressão ao processo cumulativo das ciências.

Com a modernização da Universidade de Coimbra deu-se a atração de grandes mestres europeus para o seu corpo docente, entre eles Domenico Vandelli (1735 – 1816), naturalista italiano, iluminista e maçom, formador de escola acadêmica. Por outro lado, atraiu também inúmeros estudantes do vasto império colonial, servindo de centro difusor e ampliador das dominantes idéias iluministas. A conjugação destes fatores bem explica terem sido os brasileiros os mais eminentes homens das letras e das ciências portuguesas, na segunda metade do século XVIII (Sousa, 1972 : 10).

Entre os brasileiros que frequentaram a universidade reformada e iluminada de Coimbra estava o jovem João da Silva Feijó, que foi demonstrador no laboratório de História Natural, onde trabalhava o seu compatriota Alexandre Rodrigues Ferreira (1756 – 1815).

No crepúsculo do século XVIII os interesses científicos de Portugal, com referência ao Brasil, eram os seguintes: segurança da navegação e conhecimento da costa, fixação das fronteiras terrestres e explorações dos recursos naturais – principalmente aqueles pertencentes ao reino mineral.

Durante a sua permanência na capitania do Ceará, o naturalista João da Silva Feijó sofreu a limitação do modelo iluminista imposto aos cientistas-funcionários do império português, tendo como maior encargo a localização e exploração das nitreiras naturais e outras minas, bem refletindo um dos interesses acima relacionados. Além disto, permaneceu isolado dos seus colegas acadêmicos, entre os quais convém mencionar Manuel Arruda da Câmara (1754? – 1811), servindo na capitania de Pernambuco. Também, mereceu a indiferença ou mesmo a declarada má vontade de autoridades coloniais.

Apesar de tudo que enfrentou na vida, com a deliberada e injusta campanha do silêncio que impuseram ao seu nome após a morte, as obras de João da Silva Feijó sobre a natureza cearense vão vencendo

o tempo, colocando-o como o verdadeiro pioneiro do pensamento e da prática das ciências naturais na terra que tanto amou e melhor serviu.

Devemos creditar a este ilustre brasileiro a prioridade de alguns feitos científicos no espaço do Ceará, tais como o inventário dos seus recursos naturais, o mapeamento geológico, a coleta dos primeiros fósseis de peixes e avaliação de sua importância, a remessa de plantas e animais cearenses para museus da Europa, a elaboração de um catálogo da flora, a montagem do primeiro laboratório de pesquisa e a descrição geral da capitania – incluindo aspectos econômicos, sociais e políticos.

Referências bibliográficas

- BRAGA, R. – (1953) 1960 – **Plantas do Nordeste, Especialmente do Ceará**. Imprensa Oficial, 2ª ed., VIII + 540 pp., Fortaleza.
- BRAGA, R. – 1962 – **História da Comissão Científica de Exploração**. Imprensa Universitária do Ceará, 411 pp., [3] + 39 ests., Fortaleza.
- BRASIL – 1862 – **Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração. I – Introdução**. Typographia Universal de Laemmert, CLXX pp., Rio de Janeiro.
- CAMINHOÁ, J. M. – 1877 – **Elementos de Botanica Geral e Medica**. Em três volumes. Typographia Nacional, XLIII + 1572 pp., 1595 figs., [10] ests., Rio de Janeiro.
- DAMASCENO, D. & CUNHA, W. (orgs.) – 1964 – Os manuscritos do botânico Freire Alemão. Catálogo e Transcrição. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 81 : 1 – 372, [1] est.
- DOMINGUES, O. – 1941 – Carneiro deslanado de Morada Nova. **Bol. Soc. Brasil. Agron.**, Rio de Janeiro, IV (1) : 122.
- DOMINGUES, O. – 1944 – **Introdução à Zootecnia**. Serviço de Informação Agrícola / Ministério da Agricultura, 240 pp., 36 figs. (várias delas em páginas não numeradas), Rio de Janeiro.
- DUCKE, A. – 1959 – Estudos Botânicos no Ceará. **An. Acad. Brasil. Ciên.** Rio de Janeiro, 31 (2) : 211 – 308.
- FERRI, M. G. – 1955 – A Botânica no Brasil. In: AZEVEDO, F. (org.) – **As Ciências no Brasil**, vol. II, pp. 149 – 200, [2] figs., [III] ests. Edições Melhoramentos, 399 pp., ilus., São Paulo.
- FERRI, M. G. – 1980 – História da Botânica no Brasil. In: FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. (coords.) – **História das Ciências no Brasil**, vol. II, pp. 33 – 38, 4 figs. Editora Pedagógica e Universitária Ltda., XIII + 468 pp., ilus. São Paulo.

- GARDNER, G. – (1846) 1942 – **Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 – 1841.** Companhia Editora Nacional, X + 467 pp., São Paulo.
- HUBER, J. – (1901) 1908 – Plantas do Ceará. Lista de plantas vasculares colhidas no Estado do Ceará (Brasil) nos meses de setembro e outubro de 1897. **Rev. Trim. Inst. Ceará**, Fortaleza, **XXII** (1/2) : 164 – 192.
- JARDIM, W. R. – 1983 – **Os ovinos.** Livraria Nobel S. A., 4ª ed., 193 pp., 14 figs., São Paulo.
- LEITÃO, C. M. – 1937 – **A Biologia no Brasil.** Companhia Editora Nacional, 331 pp., São Paulo.
- LOEFGREN, A. – 1910 – **Notas Botânicas (Ceará).** Inspectoria de Obras Contra as Seccas, 39 pp., 48 figs. (em páginas não numeradas), Rio de Janeiro.
- LUETZELBURG, Ph. v. – 1922/1923 – **Estudo Botânico do Nordeste.** Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas; vol. I – 108 pp., 92 figs.; vol. II – 126 pp., 84 figs.; vol. III – XVI + 285 pp., 50 + [2] figs.; Rio de Janeiro.
- NEIVA, A. – (1922) 1929 – **Esboço Histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil.** Sociedade Imprensa Paulista, 143 pp., São Paulo.
- NOBRE, G. S. – 1978 – **João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará.** Gráfica Editorial Cearense Ltda., 256 pp., Fortaleza.
- NOBRE, G. S. – 1984 – **Estudos sobre a Coleção Descritiva das Plantas da Capitania do Ceará.** Gráfica Editorial Cearense Ltda., 281 pp., Fortaleza.
- NOGUEIRA, P. – 1888 – O naturalista João da Silva Feijó. **Rev. Trim. Inst. Ceará**, Fortaleza, **II** (4) : 247 – 276.
- PAPAVERO, N. – 1971/1973 – **Essays on the history of Neotropical Dipterology, with special reference to collectors (1750-1905).** Museu de Zoologia; vol. I – pp. [I – XVI] + 1 – 216, [X] ests., 12 mapas; vol. II – pp. I – III + 217 – 446, [X] ests., São Paulo.
- ROCHA, D. – 1946 – Subsídio para o estudo da flora cearense (Catálogo das espécies vegetais por mim coligidas). **Rev. Inst. Ceará**, Fortaleza, **LX** : 226 – 253.
- ROUANET, S. P. – 1987 – **As razões do Iluminismo.** Companhia das Letras, 349 pp., São Paulo.
- SILVA, M. M. N. – 1988 – O pensamento científico no Brasil na se-

gunda metade do século XVIII. **Ciência e Cultura**, São Paulo, **40** (9) : 859 – 868.

SOUSA, O. T. – 1972 – **José Bonifácio**. Livraria José Olympio Editora, LXXXVIII + 287 pp., [64] figs., Rio de Janeiro.